



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 1ª Extraordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 3/2/23		
Horário de início: 13h39min		Horário de encerramento: 13h52min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência interina e remota do vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio e com a presença dos vereadores Irlan Melo, Jorge Santos e Uner Augusto e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, esta em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente interino declarou abertos os trabalhos.

O presidente interino transferiu a presidência interina para o vereador Jorge Santos.

ORDEM DOS TRABALHOS

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

Registre-se que esta reunião teve como finalidade: a) eleição de presidenta ou presidente e vice-presidenta ou vice-presidente; b) fixação de dia, horário e local de realização das reuniões ordinárias.

O presidente interino colocou em votação uma divisão de presidência e vice-presidência previamente acordada por esta comissão: a) para o período de 3/2 a 31/12/23, vereador Irlan Melo como presidente e vereador Jorge Santos como vice-presidente; b) para o período de 1/1 a 30/6/24, vereadora Fernanda Pereira Altoé



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

como presidenta e vereador Jorge Santos como vice-presidente; c) para o período de 1/7 a 31/12/24, vereador Jorge Santos como presidente e vereadora Fernanda Pereira Altoé como vice-presidenta.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

O presidente interino transferiu a presidência para o presidente eleito, vereador Irlan Melo.

O presidente sugeriu que as reuniões ordinárias fossem realizadas às terças-feiras, às 13h30min, no Plenário Camil Caram.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

O vereador Jorge Santos destacou a importância desta comissão. Registrou que muitos projetos já foram retirados de tramitação e que a comissão trabalhará para que isso continue a acontecer.

O presidente explicou que esta é uma comissão técnica, que faz uma análise de direito. Disse que orienta os demais parlamentares a fazer consultoria técnica de projetos que tenham dúvidas acerca de constitucionalidade e legalidade antes de apresentá-los. Explicou mudança no Regimento Interno - RI - que permitiu que projetos considerados inconstitucionais por esta comissão não cheguem ao Plenário.

O vereador Uner Augusto apontou que, caso esta comissão fizesse uma análise de mérito dos projetos que ultrapassasse a constitucionalidade, legalidade e regimentabilidade, ela substituiria o próprio Plenário desta Casa.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

